

Transições para a vida adulta: Percepções e avaliações do apoio familiar

*Lia Pappámikail**

Introdução

Nas últimas décadas assistiu-se em Portugal, à semelhança de outros países europeus, à crescente extensão das trajectórias escolares e ao progressivo adiamento das transições familiares (entrada na conjugalidade e/ou parentalidade) e residenciais (saída de casa dos pais) dos jovens¹, o que teria como consequência um prolongar de situações de dependência objectiva da família e um hipotético adiar da assumpção da condição adulta (reinvestida por esta via de novos sentidos e significados). Ao nível do domínio privado das relações familiares, e tendo em conta o fraco sistema de apoio estatal, pouco sistemático e visível na vida dos jovens (Pappámikail, L., 2003; Wall, K. et al, 2001; Nunes, J. A., 1995), esse prolongamento traduziu-se na emergência de (re)definições e (re)configurações das dinâmicas de convivência familiar ao mesmo tempo que os pais (investindo novos significados na vivência da parentalidade) se tornam no principal suporte financeiro e instrumental de apoio material nas transições juvenis para a vida adulta². Estes vêm-se, assim, ‘obrigados’ a negociar novos espaços de autonomia bem como novas articulações subjectivas entre os estados de dependência objectiva e a autonomia associada à condição adulta.

A análise das transições juvenis parte da constatação de que a existência de uma estrutura social segmentada e de diferentes sistemas de recursos sociais, económicos, culturais e simbólicos disponíveis às famílias (e aos seus elementos considerados individualmente) representam diferentes estruturas de oportunidades objectivas para os jovens. Estas facilitam (ou dificultam, dependendo da perspectiva), em diferentes medidas, as transições da escola para o mercado de trabalho, bem como outras passagens estatutárias como a saída de casa dos pais, a conjugalidade ou a parentalidade.

Com base numa aproximação qualitativa realizada no contexto de uma pesquisa comparativa europeia perfazendo um total de 42 entrevistas (30 jovens e 12 mães ou pais)³, propomo-nos lançar pistas sobre o modo como as representações do apoio familiar de pais e filhos às transições se conjugam em dinâmicas mais ou menos consensuais de articulação do binómio autonomia/dependência⁴.

* Investigadora associada júnior do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

¹ Ver, entre outros, Figueiredo, A., Silva, C., Ferreira, V., 1999; Galland, O., 1997; Furlong, A., Cartmel, 1997.

² Não são objecto desta reflexão casos de evidente ruptura intergeracional, cujo significado e importância, independentemente do número de casos que representam, não deve contudo ser negligenciado.

³ Os dados utilizados nesta comunicação fazem parte de um projecto de pesquisa comparativa envolvendo oito países – FATE, Families and Transitions in Europe. A amostra portuguesa foi seleccionada através da lista de contactos voluntários conseguida aquando da aplicação de um inquérito a estudantes finalistas de estabelecimentos de ensino localizados em Almada e a diferentes níveis (ensino obrigatório; ensino vocacional/profissional; ensino universitário) durante o período de Abril a Junho de 2002. As entrevistas foram realizadas entre cinco meses a um ano depois, ocasião em que os primeiros autorizaram a entrevista a um dos pais. As entrevistas foram realizadas individualmente. De realçar que apesar da diversidade da amostra em termos de condições sociais dos entrevistados, das suas trajectórias e das suas projecções de futuro, não se pretende que as interpretações aqui avançadas sejam representativas da população portuguesa, mas antes um olhar exploratório para como alguns jovens e respectivos pais se relacionam e percebem o apoio familiar nas transições para a vida adulta.

⁴ Dependência surge aqui como um conceito multidimensional. A dependência pode ser tanto económica como afectiva ou psicológica, aos quais podem estar diversos “registos de significados” pelos sujeitos. (Schneider, J., 2000)

O apoio às transições visto pelos jovens

Um primeiro olhar para as declarações dos jovens entrevistados sobre o apoio familiar que receberiam (em termos de percepções, expectativas e práticas) permitiu aferir diferentes tipos de apoio familiar recebido pelos jovens na fase de transição da escola para o mercado de trabalho: famílias com elevado grau de apoio, com razoáveis ou elevados níveis de recursos materiais e capitais sociais e humanos; famílias com elevado grau de apoio, mas com situações sociais pautadas por uma limitação dos recursos disponíveis; e famílias com apoio reduzido, devido a problemas sociais, conjugais ou mesmo relacionais com os filhos. As duas primeiras modalidades foram, claramente mais frequentes do que a última, o que nos leva a concluir que a maioria destes jovens entende as suas famílias como uma **rede de apoio** enquanto estas se ‘equilibram’ no ‘arame’ das suas trajectórias de transição, nomeadamente da escola para o mercado de trabalho. Estes funcionam assim como ‘bolsa’ de recurso (a que se recorre mais ou menos frequentemente) constituída por recursos tanto emocionais como materiais (cuja quantidade e variedade varia consoante a condição social dos sujeitos, é certo) *disponibilizados* pelos pais e entendidos como *disponíveis* pelos filhos.

Na verdade, os jovens não entendem o ‘apoio familiar’, e o conjunto de acções ou disposições que o constituem, como interventivo ou interceptivo nas suas trajectórias. Mais, com evidentes diferenças e variações na natureza e extensão, o apoio familiar é praticamente unanimemente avaliado de forma positiva e mesmo entusiasta. Por outro lado, este entusiasmo não parece colidir com o facto de a *autonomia da escolha* (escolhas educacionais, pessoais e profissionais) ser extremamente valorizada pelos jovens, o que parece articular-se com uma política de aparente não intervenção parental. Esta postura parece, aliás, dominar as estratégias de apoio familiar⁵. A preponderância do valor da autonomia na construção da sua identidade como jovens adultos, explica, por exemplo, o recurso a formas de emprego atípicas (como part-time ou o empregos ocasionais) por parte de alguns jovens, como fonte capitalizadora de autonomia adicional face aos pais e independentemente dos níveis de apoio material que estes estão dispostos e são capazes de fornecer.

Ao nível dos apoios objectivos, se nuns casos nos deparámos com transferências materiais e financeiras de vulto (casas, carros, etc) noutras os apoios eram apenas visíveis em apoios instrumentais quotidianos ou em dimensões mais expressivas do dia-a-dia relacional. No entanto, o que é significativo foi o facto de as diferenças objectivas na quantidade dos apoios recebidos não influenciarem a avaliação dos mesmos. Jovens oriundos de famílias com menos recursos não recorrem à comparação com outros jovens mais favorecidos, valorizando e insistindo no facto de saberem desde cedo que teriam de conseguir determinadas coisas por si próprios. A percepção subjectiva das desigualdades e dificuldades não parece, assim, afectar de maneira significativa o optimismo relativo da maioria destes jovens face à concretização de determinados objectivos (c.f Wyn and Dwyer, 1999: 14).

No que diz respeito à mediação normativa do apoio, este não deve ser, na óptica da maioria dos entrevistados, incondicional. Na realidade, o apoio deve estar assente numa lógica meritocrática que ‘obriga’ os filhos a merecerem o apoio dos pais. Esta lógica discursiva comum assenta, no entanto, em diferentes conceptualizações de mérito, tão flexíveis consoante os revezes que os jovens vão enfrentando, decisões que resultam em becos sem saída, inversões de sentido (educacional, profissional e mesmo pessoal) apenas possíveis com a ‘compreensão’ e ‘apoio’ dos pais.

Não deixa de ser relevante o facto de entre os jovens que abandonaram a escola precocemente, alguns sem completarem o ensino obrigatório, o apoio familiar ser sentido de forma igualmente positiva e intensa apesar de objectivamente serem objecto de menos apoio(s). Na verdade, apesar de todos apresentarem filiações sociais caracterizadas por baixas escolaridades, inserções socioprofissionais pouco qualificadas e baixo níveis de rendimentos, estes jovens revelaram-se satisfeitos com o apoio actual e crentes no apoio futuro por parte dos pais, uma vez

⁵ Nos casos que contactámos não foram referidas intervenções ou interferências relevantes por parte dos pais na negociação das transições para o mercado de trabalho que não fossem de aconselhamento ou de ‘apoio de retaguarda’. Ou seja, não foram detectadas intervenções explícitas, reconhecidas pelos jovens, embora haja espaço para as interferências subtis, sob a forma de pressões ou sugestões variadas.

que dos pais tinham tudo o que queriam na medida das suas possibilidades, ou seja, bens de consumo com relevância simbólica no universo juvenil (telemóveis, consolas, computadores, etc.). Estas ofertas materiais relevantes obtêm efeitos imediatos ao nível da satisfação dos jovens que entendem também como prática de apoio ('respeito pelas decisões') a aceitação passiva das escolhas em relação à escola. Estes pais, com um menor acesso a capitais culturais e sociais não desistem de investir nos seus filhos, com os quais estão profundamente envolvidos (a harmonia relacional foi, aliás, uma constante). Contudo, incapazes de estabelecer uma relação estratégica com o sistema de ensino, cujos efeitos são produzidos a longo termo, acabam por despender recursos consideráveis fazendo investimentos materiais em objectos de valor simbólico com resultados imediatos nos seus níveis de satisfação.

É neste contexto que surge o elo emocional que liga os jovens entrevistados aos pais (ou a um deles no caso de famílias monoparentais) que é, na perspectiva da maioria dos entrevistados, central na sua existência. Nestes processos relacionais são criadas dependências instrumentais e afectivas recíprocas, muitas de natureza quotidiana. No entanto, a condição de dependência (financeira, habitacional, ou outra) é balanceada discursivamente com a crença na autonomia, com (re) invenções da definição da condição adulta, agora mais centrada no desenvolvimento psicossocial dos indivíduos (associada a atributos subjectivos como a maturidade, por exemplo) e menos dependente de eventuais passagens estatutárias (emprego, casamento, etc.). Por último, os testemunhos prestados por estes jovens em transição traçaram um cenário em que a família (reduzido à dimensão dos pais) constitui-se, na verdade, um espaço social de afectividade, estruturado pela continuidade e pela estabilidade, por contraponto ao mercado de trabalho que é investido de significados opostos, imprevisível e por vezes hostil.

O apoio visto pelos pais

De um modo geral os pais entrevistados revelaram construir a sua identidade parental em grande medida em torno do papel de apoiantes. Igualmente relevante é o facto de ao apoio, os pais contrapõem decisão e acção. Teoricamente, as escolhas dos filhos são bem aceites, mas nos seus discursos subjaz uma exigência ou pelo menos o desejo de que os filhos revelem capacidade de iniciativa. Tendem, confirmando as afirmações dos filhos, a professar uma política de não interferência, concentrando as suas «preocupações» em criar «condições» e «orientando» os seus filhos na obtenção dos capitais adequados (educacionais e outros) para enfrentar as suas vidas profissionais. A Juventude (nas suas múltiplas interpretações, com fronteiras e limites fluidos e flexíveis) é entendida genericamente como um tempo de preparação, durante o qual os pais desenvolvem estratégias de transmissão, mais ou menos explícitas, de valores e atitudes, ao mesmo tempo que tentam criar as condições (possíveis) para o desenvolvimento pessoal e escolar.

Com efeito, ter algum tipo de qualificação é unanimemente considerado como a base necessária para encarar o futuro com algum tipo de segurança. A centralidade da obtenção de capitais escolares por parte dos filhos surge assim como central nos discursos dos pais, com evidentes diferenças nos resultados, bem como diversas modalidades, mais ou menos estratégicas, de pôr em prática esse objectivo. E mesmo assim sem garantias, como alguns salientam. No entanto, as múltiplas experiências profissionais e educacionais que os filhos possam acumular (mesmo que em áreas descoincidentes com as carreiras educacionais desenvolvidas ou nas áreas de ambição profissional) são igualmente entendidas como aprendizagens úteis e como aquisição de competências usáveis noutros contextos, experiências profissionais e mesmo na vida em geral.

Por outro lado, subjacente nos testemunhos que recolhemos estava a projecção mais ou menos explícita de uma determinada modalidade de regulação da dinâmica familiar a que certos papéis estão associados: os filhos devem decidir ao passo que aos pais cumpre a 'função' de apoiar (continuamos a estar no plano discursivo, note-se). Esta tendência atravessa estatutos sociais dos pais e qualificações obtidas pelos filhos. Na verdade, os pais sublinham maioritariamente a importância do facto das escolhas dos filhos serem (idealmente) feitas autónoma e independentemente. No entanto, é necessário tomar em consideração o facto de os contextos de escolha serem, como afirmamos acima, complexos e, embora a maioria dos pais defenda uma atitude não interventiva, pressões subtis e influências podem ter ocorrido, como alguns, aliás, admitem. Deste modo, o que se acredita ser completamente livre em termos normativos deve ser entendido num âmbito de uma *autonomia situada* em termos práticos. Autonomia situada num certo sistema de normas e também num determinado conjunto de práticas socializadoras que

contribuem para restringir ou amplificar o campo de possibilidades e de escolhas efectivamente disponíveis para os jovens.

Este paradigma de relacionamento familiar é, no entanto, baseado em diferentes princípios, consoante o posicionamento social e cultural dos pais. Se para uns é uma ‘questão de princípios educativos’ desenvolvidos e reflectidos ao longo da educação dos filhos (postura defendida pelos pais mais qualificados), para outros trata-se da assumpção da falta de competências formais para providenciar aconselhamento adequado ou orientação em certas dimensões (pais de estatutos sociais e culturais mais desfavorecidos). Concomitantemente ou não com a explanação dos motivos subjacentes à definição de tais práticas educativas, emerge a questão da construção da estratégia parental de relacionamento inter-geracional por oposição à experienciada, ou seja, foi frequente ouvir pais justificarem as suas opções por via do seu passado: não querem interferir na vida dos filhos como interferiram na sua; não querem ‘controlar’ ou ‘oprimir’ as vivências dos filhos como as suas foram ‘controladas’ ou ‘oprimidas’. Este traço, a referência constante à mudança (“no meu tempo era diferente...”) não deixa de reflectir as transformações profundas ocorridas na sociedade portuguesa, que no espaço de poucas gerações passou, apesar dos efeitos assimétricos dessas transformações, duma parentalidade regida pela austeridade e restrição moral para uma vivência das relações familiares regidas pelo afecto e pela liberdade relativa (Pais, J. M.; 1998).

Por outro lado, e revelando a prevalência de alguns traços de tradicionalismo na orientação normativa das relações familiares, surge a noção de que é a ausência de objectivos profissionais ou educacionais nos filhos que pode conduzir ao reequacionamento dos apoios disponibilizados. Na verdade, articulada com o princípio de que os filhos devem/têm de decidir, alguns entrevistados foram um pouco mais longe condenando situações em que os jovens abdicam de objectivos educacionais (abandonando ou falhando anos escolares) não os substituindo por metas no mercado de trabalho. A transmissão do valor da responsabilidade passa, na sua opinião, pela transferência objectiva de algum ónus pela ‘consciencialização’ sobre decisões e opções individuais. Aparentemente, a condição parental para manter ou mesmo reforçar o apoio (material e emocional) é a percepção da progressão na trajetória (talvez assente numa lógica tradicional de linearidade), ou seja, a percepção de que, mais ou menos estratégica ou reflexivamente, os filhos estão a construir um caminho.

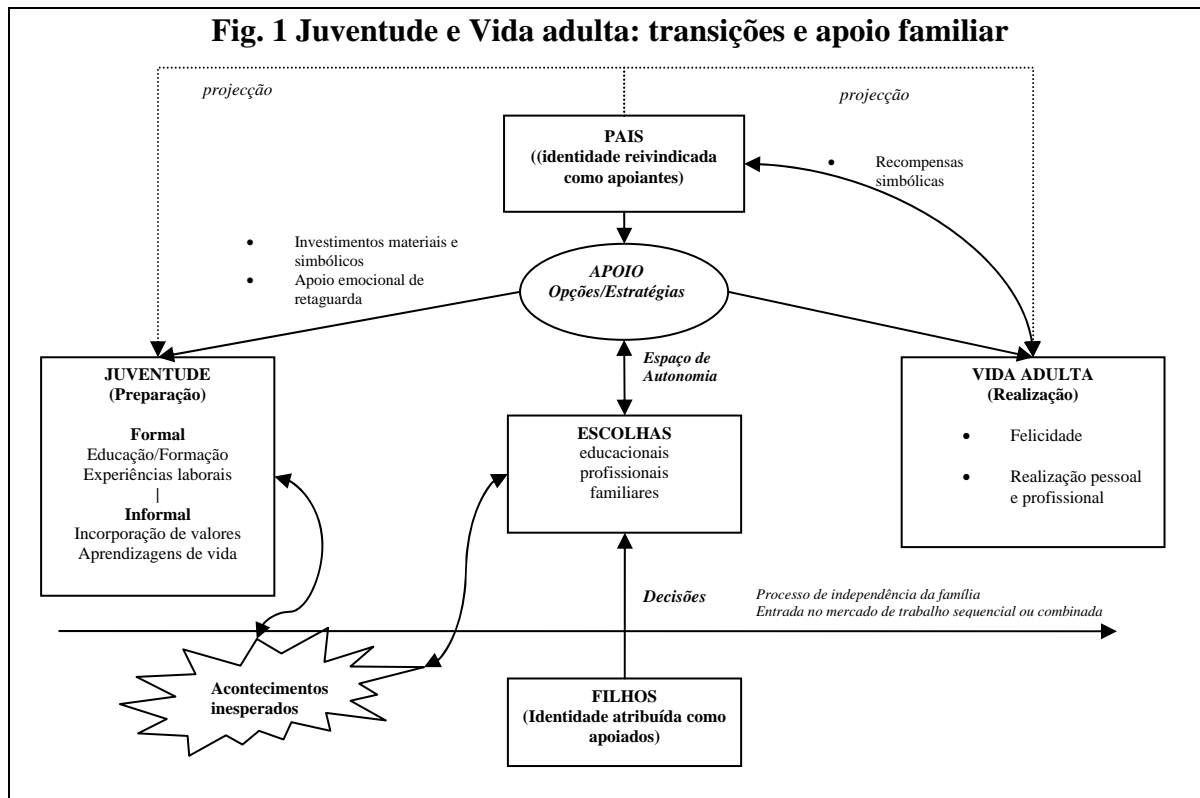
Como tem vindo a ser afirmado, os filhos devem assim preparar-se para a vida adulta através da aquisição de capitais escolares ou através da acumulação de competências diversas no mercado de trabalho (simultaneamente ou não). Não fazer nada, ‘estar parado na vida’ não é, deste modo aceitável, o que não deixa de se uma manifestação clara de uma ‘ética centrada no valor do trabalho’, isto é, marca de um certo tradicionalismo ainda presente nas representações da maioria dos pais entrevistados.⁶ Algum tradicionalismo estará também presente quando a relação com o dinheiro é avaliada. Com particular incidência nos pais de estatuto social mais desfavorecido, surgiu a tendência de se considerar que, criticando a inclinação de actualmente se gastar prioritariamente o dinheiro ganho em lazeres e bens de consumo, os jovens não salvaguardam o futuro através de práticas de poupança.

O ênfase colocado na educação, como meio de maximizar o potencial de transição (encontrando um bom emprego por exemplo) dá lugar a uma perspectiva ‘leve’ do futuro dos filhos, ou para se ser mais preciso, do que eles consideram importante para os seus filhos como adultos. Sendo natural que se deseje a felicidade dos filhos (o que se verificou unanimemente) os pais (à semelhança dos filhos aliás) tendem a evitar objectivar timings para as metas e objectivos de vida. Acabam, assim, por concentrar os seus discursos em torno dos princípios, valores e atitudes genéricas perante a vida (com uma nítida base moral), que consubstancia uma certa estratégia de transmissão de valores.

A figura 1 procura resumir o modo como os pais, de um modo geral, percebem as transições e projectam a juventude - tempo de aprendizagem formal e informal - e a vida adulta -

⁶ Esta oposição não deixa de ser, metaforicamente falando, porventura um confronto (suave apesar de tudo) entre uma ética da cigarra (adoptada por muitos dos jovens que entrevistámos) e uma ética da formiga (defendida pela maioria dos pais), como referida por Pais (2001: 408) presente, desta feita, no diálogo intergeracional.

tempo de realização, e simultaneamente tempo de recompensas simbólicas (e quem sabe materiais e instrumentais) pelos investimentos feitos na criação dos filhos.



Reflexões finais

Através do contacto com jovens a experienciar transições, algum tempo após ter terminado algum ciclo educativo ou abandonado definitivamente a escola, encontrámos jovens em diferentes estágios do seu desenvolvimento individual, com também um acesso diferenciado a recursos materiais e simbólicos, traçando um retrato heterogéneo das transições. Há que situá-las, no entanto, num contexto mais amplo de transformações sociais profundas que mudaram (e ainda mudam) as relações de produção, ao introduzir novas dinâmicas de regulação do mercado de trabalho: os jovens actualmente têm de lidar com a precariedade, imprevisibilidade e instabilidade das relações contratuais, exigindo competências de flexibilidade e adaptabilidade num modo estranho à geração dos pais. Mais, não se trata só de transformações nas regras, como em alguns segmentos se verifica a ausência de regras, como quando os indivíduos têm de lidar com a economia informal e/ou 'mercado de trabalho negro'.

Significativo também é o facto de os sentimentos de ansiedade relativamente ao modo de funcionamento do mercado de trabalho actualmente terem-se verificado de maneira mais intensa no discurso dos pais (que experienciaram a mudança social), uma vez que para os jovens é a única realidade que conhecem. É da experiência da mudança que emerge uma das motivações suplementares para o apoio material e emocional a disponibilizar aos filhos.⁷

Por outro lado, deparámo-nos com uma dinâmica de funcionamento familiar centrada nos filhos que subjaz a todos os investimentos simbólicos e materiais efectuados nas suas trajectórias, articulados em mais ou menos explícitas estratégias de apoio. A base convivial e afectiva das interacções familiares contribuíram, por outro lado, para a configuração de um retrato genérico relativamente harmonioso das relações intergeracionais, donde emergiram frequentemente dependências mútuas de natureza expressiva e instrumental. Estes resultados vão ao encontro do

⁷A normalização do risco e das incertezas nos discursos juvenis como parte integrante da vida quotidiana, em relação ao mercado de trabalho ou outras dimensões da vida, é, na realidade, frequente. (Green, E., Mitchell, W., Bunton, R., 2000)

que foi caracterizado por Pais como uma solidariedade familiar de base convivial (1998:38-39), na qual as relações de parentesco (neste caso as relações no seio da família nuclear) são na maioria das vezes reguladas por laços afectivos, de onde derivam os ‘deveres’ e as ‘reciprocidades’, mais do que por uma meta-moralidade de raiz religiosa que caracterizava a sociedade portuguesa tradicional.

É este cenário que conduz a uma avaliação do apoio dos pais pelos jovens que olha mais ao subjectivamente sentido do que ao objectivamente dado. A presença dos pais como rede de apoio, ‘saber que estão lá se for preciso’ é, na verdade, uma base de segurança ontológica, em contextos laborais estruturados pela imprevisibilidade e instabilidade. Estas percepções não impedem, no entanto, que se defenda uma lógica meritocrática para esse apoio. É importante para estes jovens entrevistados (independentemente das suas origens sociais) não só acreditar que as suas escolhas se fazem autonomamente, como sentir que o apoio é concedido por via do mérito próprio, sendo que o ‘mérito’ é uma noção fluida, redefinida à medida das necessidades. Este facto não deixa de ser uma forma de, em contextos de dependência objectiva, hipoteticamente, maximizar capitais identitários por via da ênfase na autonomia subjectiva.

Assim, os resultados desta pesquisa parecem apontar no sentido de uma configuração das relações familiares que assenta num certo paradigma normativo de regulação das expectativas intergeracionais, em que a crença na autonomia da escolha e a harmonia relacional emergem como os principais eixos estruturadores do apoio. Este paradigma normativo, que preside à formulação das estratégias (mais ou menos explícitas) de investimento material e simbólico nas trajetórias dos filhos – os filhos como projecto -, é mediado pelas representações do papel da família, enquanto instância socializadora, que os pais professam e baseado na natureza eminentemente afectiva e convivial dos laços familiares. Mais do que um ‘dever’, trata-se de um ‘prazer’, ou seja, é forçoso contabilizar as recompensas simbólicas reivindicadas pelos pais, como justificação para os ‘sacrifícios’ que o apoio (entendido como investimentos e transferências de ordem material) implica.

Este olhar intergeracional das transições para o mercado de trabalho constitui uma aproximação exploratória das estruturas de significados, valores e representações associados por pais e filhos com variadas origens sociais e igualmente diversas trajetórias de vida aos processos de transição e à natureza e papel do apoio familiar nesses processos. Encontrámos assim uma família que, genericamente, apoia os filhos (entendidos muitas vezes como projectos e realizando-se nas suas trajetórias), embora fazendo uso de diferentes concepções de apoio. Por outro lado, poderão estes resultados, aqui apresentados de forma muito sumária, constituir substância empírica para um melhor entendimento do modo como processos macro-sociais, como a individualização por exemplo (tão presente na literatura sociológica sobre transições juvenis), são temperados com a prevalência de processos de reprodução social de desigualdades sociais e exclusões diversas. Mais, pretendeu-se contribuir com esta análise para perceber o modo como estes processos combinados são, no contexto da modernidade tardia em Portugal, geradores de múltiplas inconsistências e paradoxos, modelando diferentes sistemas de oportunidades, que são lidos e entendidos pelos indivíduos de maneira tão diversa como a estrutura e volume de recursos que possuem, constroem ou obtêm. Surgindo o Estado como um actor social marginal no entendimento dos indivíduos entrevistados (tanto pais como jovens), é a família, enquanto sistema denso e complexo tanto de relações sociais como de transferências materiais e simbólicas, que se constitui como uma unidade analítica particularmente relevante para entender o essencial das transições para a vida adulta nas suas múltiplas e diversas manifestações, recusando nesta perspetivação qualquer aproximação redutora e linear

Bibliografia

- BALL, Stephen J. *et al.*, (2000) “Space, Work and the ‘new Urban Economies’” In: *Journal of Youth Studies*, Vol.3, nº2, pp.279-300.
- BAWIN-LEGROS, B. *et al.* (2002), «Intergenerational Solidarity: Between the Family and the State» in *Current Sociology*, vol 50 (2), London, Sage Publications

- BIGGART, A. et al (2003), in *Families and Transitions in Europe – survey report of young adults in education and training institutions*, University of Ulster, June 2003
- CÔTÉ, James E. “The Role of Identity Capital in the Transition to Adulthood: The Individualization Thesis Examined” In: *Journal of Youth Studies*, Vol.5, nº2, pp.117-134.
- FIGUEIREDO, A., SILVA, C., FERREIRA, V. (1999), *Jovens em Portugal – análise longitudinal de fontes estatísticas*, Oeiras, Celta Editora
- FURLONG, Andy e CARTMEL, Fred (1997), *Young People and Social Change: Individualization and Risk in Late Modernity*, Open University Press, Buckingham
- GALLAND, Olivier (1997), *Sociologie de la Jeunesse*. Armand-Colin, Paris
- GREEN, E., MITCHELL, W., BUNTON, R., (2000), “Contextualizing risk and danger: an analysis of young people’s perceptions of risk.” In *Journal of Youth Studies*; Vol. 3, nº 2
- NUNES, J. A. (1995) “Com mal ou com bem, aos teus te até: as solidariedades primárias e os limites da sociedade-providência” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº42
- MacDONALD, Robert e MARSH, Jane. (2001) “Disconnected Youth?” In: *Journal of Youth Studies*, Vol.4, nº 4, pp.371-391.
- MEAD, Margaret, *Le Fosse des Générations*, Paris, Denoël-Conthier, 1971
- PAIS, J. M. (1996), “A Geração yô-yô” in *Dinâmicas multiculturais, novas faces novos olhares*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais
- PAIS, J. M. (1998), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais
- PAIS, J. M. (2001) *Ganchos, Tachos e Biscates*, Editora Âmbar, Lisboa.
- PAIS, J. M. (2003) “The Multiple Faces of the Future in the Labyrinth of Life” In: *Journal of Youth Studies*, Vol.6,nº2, pp.115-126.
- PAIS, J. M.; CABRAL, M. V. (1998) , *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora
- PAPPÁMIKAIL, Lia (2004), *Families and transition in Europe, WP3 and WP4, National Report, Portugal*, Instituto de Ciências Sociais,
<http://www.socsci.ulst.ac.uk/policy/fate/pubs/3%20Portugal%20national%20report.pdf>
- PLUG, Wim *et al.*, (2003) “Young People’s Perceptions on Youth and Adulthood. A Longitudinal Study from the Netherlands” In: *Journal of Youth Studies*, Vol.6,nº2, pp.127-144.
- RAFFO, Carlo e REEVES, Michelle. (2000) “Youth Transitions and Social Exclusion: Developments in Social Capital Theory” In: *Journal of Youth Studies*, Vol.3, nº2, pp.147-166.
- RUDD, Peter e EVANS, Karen. (1998) “Structure and Agency in Youth Transitions: Student Experiences of Vocational Further Education” In: *Journal of Youth Studies*, Vol.1, nº 1, pp. 39-62.
- SCHNEIDER, J. (2000), “The increasing financial dependency of young people on their parents”, in *Journal of Youth Studies*; Vol. 3, nº 2
- WALL, K. et all (2001), «Families and informal support networks» in Portugal: the reproduction of inequality», in *Journal of European Social Policy*, Vol II (3), London, Sage Publications
- WYN, J. and DWYER, P., “New Directions in Research on Youth in Transition” in *Journal of Youth Studies*, Vol. 2, N. 1 1999 pp 5-21